



COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA APOSENTADORIA ESPECIAL PARA GARIS

Pág. 7





UBERLÂNDIA E O MUNDO DO TRABALHO

Com a criação de uma nova forma de prestação de serviços implantado pelo aplicativo UBER, muitos profissionais com serviço análogo, ou seja, os taxistas tradicionais tiveram a sensação de invasão de seu espaço e ameaçados. É como chegar em casa e encontrar sua poltrona predileta ocupada pelo genro.

O aplicativo UBER tornou-se famoso pela reação dos taxistas. Criou falso confronto entre um aplicativo e uma categoria de trabalhadores, igualmente autônoma. Mas o que temos de fato é a mudança no mundo do trabalho que ao longo do tempo deve afetar a todos e todas.

A criação de novos postos de trabalho não vai resolver o problema da crescente pobreza. Hoje, guase metade de todos os postos de trabalho criados é uma fonte de pobreza, consequência de uma mudanca nos padrões de trabalho e de sua remuneração. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego indica cada vez mais o aumento do número de empregos de menor remuneração e queda daqueles de melhor remuneração como também o crescimento dos trabalhos temporários e os famigerados sem registro em carteira.

Em momentos de recessão como o que enfrentamos hoje em nosso país, junta-se a necessidade e a oportunidade num dueto ruim. A necessidade do trabalhador em levar para sua casa o sustento e a oportunidade para aqueles que desejam ganhar mais dinheiro pagando menos ao trabalhador, negando-lhes direitos duramente conquistados. Nos Estados Unidos, pais que muitas vezes temos como exemplo, após a brutal crise devido a quebra de alguns bancos em 2008, gerando uma brutal crise financeira que atingiu o mundo. o Bureau de Estatísticas sobre o Trabalho (o que seria um departamento de seu Ministério do Trabalho) informou que até 2011 mais de noventa por cento de todas as vagas de trabalho criadas foram de forma temporária e precária, aumentando a oferta de colocação por parte das empresas de locação de mão de obra.

As grandes empresas do setor se tornaram enormes, sendo que algumas ensaiam sua vinda para o Brasil, apenas esperando mudanças na legislação.

O que estes exemplos procuram reforçar é quão significativo tem sido a mudança na forma de trabalhar e a possibilidade de crescimento do mercado de trabalho temporário, reflexo imediato da insegurança das empresas em fazer contrato de prazo mais longo. Esta mudança na forma de contratação do trabalho marca uma mudança radical para



além da lógica do pós-Segunda Guerra Mundial de que a dedicação a um trabalho, uma carreira para toda a vida, era a solução para se resolver a pobreza. Hoje, infelizmente, para a maioria dos trabalhadores, dedicar-se ao trabalho não significa a solução de seus problemas econômicos, muita vezes tendo que recorrer a uma segunda atividade. A maioria dos novos postos de trabalho são excessivamente de trabalhos temporários, realizados em meio período e de baixa remuneração.

Que fazer com as pessoas em busca de trabalho? O Sindicato não cria empregos.

O UBER foi considerado como oportunidade para alguns trabalhadores. Alternativas deverão surgir com o crescimento das comunicações e necessidades da sociedade. O fato é que a rápida e ampla expansão dos aplicativos facilitando o trabalho por conta própria, coloca em cheque toda uma estrutura de relações trabalhistas gerada pela revolução industrial e institucionalizada internacionalmente com a criação da OIT e no Brasil pela CLT. Entender melhor este mercado passa a ser uma tarefa fundamental para os dirigentes Sindicais uma vez que a simples resistência às mudanças não tem sido suficiente para garantir emprego e renda a todos e todas.

Ficamos sempre confortados quando escutamos frases de autoajuda, sempre citando provérbios chinês, que "crise é oportunidade". Temos que ter consciência que crise quer dizer exatamente crise, onde as oportunidades só encolhem.

Qual será esse mundo do trabalho no futuro? No mundo? No Brasil? O que deve nos unir é este desafio.

> Boa leitura! Moacyr Pereira

Presidente: Moacyr Pereira • Diretor de Comunicação: Paulo Roberto da Silva Jornalista Responsável: Adriana Amaral (MTB 16.447) • Coordenação: Simone Rocha

Colaboração: Roberto Nolasco • Projeto Gráfico: AGPC Comunicação • Tiragem: 5.000 exemplares

Av. Ipiranga, 1123 - 5º andar - Conj. 504 - República - São Paulo/SP - CEP: 01039-000 Telefones: +55 (11) 3313-6097 / +55 (11) 3313-6095 • www.fenascon.com.br • fenascon@fenascon.com.br



MOACYR PEREIRA, PRESIDENTE DA FENASCON É ELEITO MEMBRO TITULAR NO COMITÊ MUNDIAL DO SETOR DE SERVIÇOS DA UNI GLOBAL UNION

Reunidos de 10 a 13 de novembro, em Nyon, na Suíça, entidades de todo o mundo, filiadas a UNI, participaram da reunião do Comitê Mundial do Setor de Serviços de Limpeza e Segurança, e na ocasião Moacyr Pereira foi eleito membro titular do Comitê que reúne as lideranças das entidades sindicais mais importantes do setor de limpeza e segurança no mundo.

Os trabalhos da reunião foram conduzidos pelo secretário geral da UNI Global Union, Phillip Jennings, que apresentou um balanço dos resultados do



Projeto Rompendo Barreiras que desde 2010 vem transformando a relação "capital x trabalho" através de campanhas e Acordos Marco Global em importantes setores, em seguida os membros do comitê fizeram as apresentações de seus respectivos países.

Moacyr Pereira apresentou o relatório de atividades da FENASCON, onde desenvolve seu trabalho à frente da presidência da entidade e mostrou o importante trabalho desenvolvido, além de convênios de colaboração técnica e apoio às mais diversas manifestações. O ponto alto de sua apresentação foi a importante intermediação em duas negociações internacionais que envolviam o Acordo Marco Global com a GESTAM na Argentina e o Acordo Marco Global com o Grupo Solvi.

O trabalho realizado pela UNI Global Union e seus sindicatos filiados tem mudado a vida de muitos trabalhadores em todo o mundo, principalmente nos países onde a dignidade humana, e o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores são atacados. Seja em países da América Latina, ou em campanhas mundiais, o sindicato global UNI tem feito um trabalho de grande importância social.

No Brasil, a parceria FENASCON e UNI Global Union tem aumentado ainda mais o poder dos sindicatos de asseio e conservação e limpeza Urbana.

TRABALHADORES UNIDOS, SINDICATO FORTE!!!



2015 FOI O ANO DA MOBILIZAÇÃO SINDICAL E CIDADÃ PARA PRESERVAR EMPREGOS E SALÁRIOS

Por Marco Roza

O ano de 2015 foi um ano que começou com a marca da crise política, que se transformou numa crise econômica, em função da guinada que a presidente Dilma Rousseff fez na gestão da economia brasileira.

Apesar de a maioria das lideranças sindicais e das centrais sindicais reconhecerem que os ajustes na economia precisavam ser feitos, todos nós esperávamos que fôssemos ouvidos e que tivéssemos a garantia, prometida em campanha, de que os direitos dos trabalhadores não seriam afetados.

A política econômica, que Dilma terceirizou e entregou ao Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, acelerou a recessão, ampliou o desemprego e a inflação, causando enormes prejuízos para a classe trabalhadora brasileira, especialmente para nossa categoria que ocupa a base da pirâmide social.

Os patrões, claro, se aproveitaram rapidamente do "clima de crise" e iniciaram as campanhas de demissão e redução dos seus quadros. Com a intenção de ampliar seus ganhos às custas do sacrifício dos companheiros e companheiras da categoria.

As diretorias dos sindicatos filiados à FENASCON monitoraram de perto essas manobras e se prepararam para os enfrentamentos que se acentuam nas campanhas salariais.

Em, São Paulo, por exemplo, o Selur, sindicato das empresas de limpeza urbana, interrompeu a negociação salarial no último dia para avisar o SIEMACO-SP que a prefeitura da Capital tinha exigido um corte de mais de 2 mil trabalhadores.

O SIEMACO-SP mobilizou a categoria e a opinião pública e antes mesmo de decretar a greve, que chegou a anunciar, tanto a prefeitura quanto as empresas recuaram. E o SIEMACO-SP emplacou o reajuste de 10% nos salários e benefícios, com uma aprovação unânime em uma

assembleia que contou com a presença de mais de dois mil trabalhadores.

O SIEMACO-ABC também enfrentou uma tentativa de demissão de 300 companheiros da limpeza urbana de São Bernardo do Campo com mobilização nas garagens, da opinião pública e dos vereadores da cidade. Resultado: uma paralisação de quatro horas foi suficiente para se interromper as demissões e se estabelecer um Plano de Demissão Voluntária (PDV) com acompanhamento da diretoria do SIFMACO-ABC.

Lições da atual crise

O que aprendemos (e continuamos a aprender) nessa crise brava que se instalou no País, por absoluta incompetência política do Poder Executivo e do Congresso Nacional, que abriu espaços para a chantagem política de interesse miúdo de alguns deputados e senadores, em vez de se preocupar com os destinos do Brasil, é que temos que ampliar a mobilização da categoria.

Ou seja, mobilizar a categoria nos locais de trabalho e envolver em nossas ações sindicais a opinião pública e sermos capazes de pressionar as lideranças políticas e empresariais, que também tem muito a perder com uma greve de nossa categoria profissional.

Nossas mobilizações têm que se organizadas com uma combinação das motivações sindicais e cidadãs para conter os empresários irresponsáveis que tentam transferir a conta da crise econômica e política apenas para os trabalhadores.

Marco Roza, formado em jornalista, é estrategista de novos negócios, assessor da Fenascon, diretor da agência Consumidor Popular e colunista de empreendedorismo do site UOL.



"CRISE TAMBÉM É OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO"



Mais de 2 mil pessoas aprovaram a pauta de reivindicações da Campanha Salarial, em Curitiba

O SIEMACO Curitiba realizou no dia 13 de dezembro a última assembleia do ano que completa o rol de reivindicações dos trabalhadores. A categoria vai lutar por aumento salarial de 20%, reajuste de 30% nos tíquetes, insalubridade e mais 81 itens econômicos e sociais. "Nossa luta independe dos problemas econômicos do nosso país. Essa não é a primeira crise brasileira e vamos superá-la como a tantas outras. A cada dia que levantamos e damos nosso suor em nosso trabalho, estamos lutando para o Brasil voltar a crescer", disse Manassés Oliveira, presidente do SIEMACO.

O mesmo objetivo foi reforçado pela diretora Amélia Rodrigues Palhares. "Precisamos ser mais fortes que a crise para garantir melhores condições para os nossos 50 mil trabalhadores no Estado".

A Convenção Coletiva de Trabalho do setor de Asseio e Conservação do Paraná é referência nacional destacada anualmente pelo Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. "Além das questões econômicas, o SIEMACO foi um dos primeiros sindicatos do Brasil a ter garantia de saúde, qualificação e assistência social familiar em sua convenção", lembrou Rogério Almeida, diretor da ASF Sindical.

Fernando Guedes, Secretário Municipal do Trabalho, participou do evento e lembrou que Manassés Oliveira, foi o criador da Secretaria quando foi vereador em 2007.

"Pretendemos tornar a secretaria do Trabalho mais próxima do que você idealizou Manassés. Conte com a gente



para fazermos uma gestão mais participativa e disposta a dialogar com os trabalhadores", afirmou Guedes.

Moacyr Pereira, presidente da FENASCON e do SIEMACO São Paulo, que também estava em campanha salarial, afirmou que em seu estado a luta não está sendo diferente. Em assembleia, realizada no dia 26 de novembro, na sede do SIEMACO-SP, os trabalhadores aprovaram a pauta de reivindicações. O sindicato travou com o patronato uma dura negociação para garantir um aumento que condiz com a realidade econômica do país.

"Os patrões estão com menor disposição em negociar, como se a crise atingisse somente eles e não os trabalhadores. Temos que estar unidos com o sindicato para fortalecer as nossas bandeiras", disse Moacyr. "Temos que exigir o reconhecimento e a valorização que merecemos", complementou Paulo Rossi, presidente estadual da União Geral dos Trabalhadores (UGT).



COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA APOSENTADORIA ESPECIAL PARA GARIS

Trabalhadores que exercem atividades de coleta de lixo, seleção de material para reciclagem e varrição de ruas poderão ter aposentadoria especial. É o que prevê projeto de lei complementar do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovado no dia 8 de dezembro, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma de substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A matéria ainda será examinada em Plenário.

O projeto também insere na lei o direito desses trabalhadores ao adicional de insalubridade equivalente a 40% da remuneração (descontados outros adicionais e gratificações), atualmente regulado apenas por meio de portaria do Ministério do Trabalho e Emprego.

O texto aprovado consolidou o projeto de lei do Senado de Paulo Paim (155/2010) com o PLS 577/2011, de autoria do senador Vicentinho Alves (PR-TO), que tramitam em conjunto. Pelo substitutivo, serão beneficiados os segurados do Regime Geral de Previdência Social que trabalham em condições que prejudicam a sua saúde ou integridade física. Para ter garantido o benefício, o trabalhador deverá comprovar junto ao Instituto Nacional do Seguridade Social (INSS) 25 anos de atividade permanente, não ocasional nem intermitente. Para a aposentadoria especial, o trabalhador deverá ainda comprovar exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos nocivos.

Ao justificar a proposta, Paim ressaltou a importância da atividade exercida por esses trabalhadores para a manutenção das condições de limpeza e de salubridade das cidades. Também o senador Vicentinho Alves argumentou que a limpeza urbana não apenas embeleza a cidade, mas evita proliferação de doenças e preserva o meio ambiente.

Para desempenhar essas atividades, observou o senador Rodrigo Rollemberg, os trabalhadores precisam enfrentar situações de risco para a saúde e integridade física.

"O trabalhador fica exposto a condições extremas de insalubridade, que os sujeita ao risco de contaminação, além da exposição a agentes físicos agressivos — mecânicos, acústicos e térmicos —, tão prejudiciais a sua saúde e integridade física", disse Rollemberg.

Por não serem consideradas insalubres pelo INSS, as atividades de coleta de lixo e selecionador de material reciclável, reconhecidamente nocivas à saúde, não dão, hoje, direito à aposentadoria especial, explicou o relator. Assim, o trabalhador precisa buscar seu direito na Justiça.

"É lamentável, que a maioria destes trabalhadores tenha que recorrer ao poder Judiciário para poder fazer valer direitos que são assegurados em norma de índole constitucional, mas que ainda carece de regulamentação. Nos tribunais, a jurisprudência tem sido preponderante no sentido de que as atividades de coleta de lixo, se exercidas por mais de 25 anos, ensejam a obtenção de aposentadoria especial, embora elas não constem da lista de atividades nocivas à saúde", disse Rodrigo Rollemberg.



As facilidades de pagamento, para as compras do mome

O lado bom do que é ruim

A porta ficou escancarada e daí, tanta roubalheira...e, os trabalhadores vão pagar a conta como se fossem os responsáveis pela chave. Não é justo, pois apenas acreditaram no arranjo institucional e democrático, votando naquilo que acharam melhor para a sociedade.

O ambiente político é o pior possível dificultando ou impossibilitando qualquer discussão mais séria sobre os rumos do país. Como um casal em crise tenta discutir o mau desempenho do filho na escola.

A presidente se afastou daqueles que poderiam lhe dar algum suporte como o próprio movimento sindical ao tomar medidas que afetam os trabalhadores sem antes consultar e negociar, como prometido durante a campanha.

O modelo adotado pela presidente se baseia na crença de que a ascensão econômica da pobreza, incorporando-a ao mercado de consumo e ampliando um mercado de classe média, gerando uma demanda adicional capaz de promover um aumento de produção e sustentando um crescimento econômico global. No entanto, o que temos agora é que a dinâmica desse modelo se esgotou e o Governo não teria mais "munição" para promover a sua revitalização. O que sustentava este modelo eram as exportações, principalmente para a China das chamadas comodities que são produtos sem qualquer modificação como a soja em grão; o minério de ferro etc. Com a redução do crescimento da China e a queda no valor

destes produtos no mercado mundial, o modelo ruiu. Ou seja, nos tempos bons não procuramos modificar nossa economia buscando outras fontes mais sustentáveis.

O resultado disto tudo pode ser visto no dia a dia, nos preços do supermercado e no desemprego. Agora é como sair desta.

Diante da conjuntura atual de poucas exportações para sustentar o modelo gerado pelas políticas econômicas anteriores, o Governo tem o desafio de controlar os gastos públicos e conter a inflação, antes de poder retomar o modelo de intervenção pública na economia que deu certo durante o Governo Lula e, fracassou no primeiro mandato de Dilma.

A retomada do crescimento econômico depende da retomada da demanda das famílias, puxando um crescimento da produção, sem causar inflação. Mas, a demanda das famílias decorre da renda dos trabalhadores.

Para isso, ele precisa ter emprego e salários dignos. Para manter e ampliar os empregos, as empresas precisam vender e produzir. Para ativar o circuito interno de produção e geração de renda depende do ingresso de recursos externos uma vez que o Governo está com um grande endividamento e incapaz de produzir dinheiro para financiar os investimentos e a produção. Um círculo complicado que num primeiro momento o caminho já definido é da aplicação do receituário monetarista, baseado no tripé-macroeconômico, ou seja, controle



nto levaram ao endividamento e aos tempos de tormento.

do câmbio, da inflação e fazer um superávit para poder pagar os juros da enorme divida que para este ano chega aos cem bilhões de reais!

Porém este ajuste conduzido pelo Governo tem se mostrado ineficaz, provocando recessão, desemprego e adiando o momento da retomada. O IBGE informa que o desemprego atingiu 8,7% até agosto deste ano, com tendência a continuar subindo. Também, cerca de 3 milhões de pessoas foram colocadas na base da pirâmide, perdendo toda a pequena riqueza conquistada até agora e com isto aumentando a desigualdade e a informalidade. Porém, os economistas que apoiam o governo em sua investida de provocar a recessão afirmam ser "um mal necessário" para a retomada da economia e, a perda de conquistas por parte dos trabalhadores é parte do sacrifício. Isto ficou claro logo com as primeiras medidas do governo contra o seguro desemprego e o abono salarial.

Mas, os números não batem. O maior programa social, o bolsa família, consome 0,4% do PIB; o que o governo colocou nas empresas através de isenção de impostos foi de 5% do PIB. O bolsa família tirou um monte de gente da miséria e reduziu a evasão escolar, ou seja, garantiu uma geração mais educada. O que o governo colocou nas empresas não fez o País crescer e agora tira empregos que prometeu.

Quando escrito em chinês a palavra crise compõese de dois caracteres: um representa perigo e o outro representa oportunidade. A operação lava jato indica o que nos roubaram no passado. Agora a crise quer nos roubar o futuro. Contra este perigo o movimento sindical precisa se organizar e usar a oportunidade criada pela falta de liderança mostrada pelo governo. Este espaço está aberto e pode ser ocupado pelas lideranças sindicais e lutar pela única saída hoje que é a exportação. Lutar por remover todos os entraves que impedem a busca de dinheiro onde ele existe e com isto aumentando a produção e, por conseguinte o emprego é a grande saída e a parte boa de tudo, pois temos capacidade de fazêlo e que o modelo anterior adotado desmoralizou nossa indústria sem colocar nada em troca. Somos da área de serviços, mas nossos empregos dependem da dinâmica da economia que produz. A proposta é uma ação conjunta entre os trabalhadores, através das entidades Sindicais e os empresários através de suas associações empresariais para ação conjunta envolvendo dois conjuntos de medidas:

- 1. As que podem ser adotadas pelas empresas e pelos trabalhadores, independentemente do Governo;
- 2. As que precisam ser reivindicadas junto aos Governos, seja o Federal, como os Estaduais e, eventualmente, os Municipais.

Todas as ações visando o aumento da renda das exportações e também o aumento da produção gerando mais trabalho. São os trabalhadores criando o circulo virtuoso da economia e não esperando que algo aconteça.

Então vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.



Programa de Proteção ao Emprego foi implantado através de Medida Provisória (MP 680/2015) e agora é lei com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão Nº 18 de 2015. Instituído pelo Governo tem o objetivo de conter as demissões pelas empresas em dificuldades econômico-financeiras, permitindo que elas reduzam a jornada de trabalho de todos os seus empregados, com redução salarial, sendo parte do salário pago pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT.

Na realidade o programa teve origem na indústria automobilística com anuência do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC, porém qualquer empresa pode pleitear a participação no programa.

Seu sucesso ou insucesso irá depender:

- ✓ Da adesão das empresas;
- ✓ Da concordância dos sindicatos;
- Da condução do programa pelo Governo Federal, através de uma comissão interministerial.

Além das exigências regulamentares descritas na Lei como existência da empresa de no mínimo dois anos e certidões negativas de débitos, deverá demonstrar a sua situação de dificuldade econômico-financeira segundo critérios da Lei que é o seguinte:

Idificuldade econômico-financeira, fundamentada no Indicador Líquido de Empregos — ILE, considerando-se nesta situação a empresa cujo ILE for igual ou inferior a 1% (um por cento), apurado com base nas informações disponíveis no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED, sendo que o ILE consiste no percentual representado pela diferença entre admissões e demissões acumulada nos doze meses anteriores ao da solicitação de adesão ao PPE.

A obrigatoriedade de apresentar certidões negativas de débito conflita com a condição de dificuldades financeiras uma vez que as empresas quando em dificuldades adiam pagamentos de impostos como primeira medida de sobrevivência. Por outro lado o critério de demissões no período não cabe às empresas de serviços que apresentam normalmente uma grande rotatividade.

Por essa condição, empresas em situação de dificuldade financeiras, pré-falimentar ou pré-recuperação judicial não terão condições de aderir ao programa.

Com isto, as exigências estabelecidas pelo programa tenderão limitar a adesão empresarial aos casos de:

- ✓ Dificuldades econômico-financeiras temporárias;
- Com quadro de pessoal enxuto, com reestruturações feitas antes do PPE;
- Com escala de produção e equipes amplas que facultem os remanejamentos com menores jornadas de trabalho;
- ✓ Com perspectiva de recuperação das atividades dentro do prazo máximo de um ano.

Dentro desses critérios, podem ser visualizados os seguintes setores alcançáveis:

✓ Indústria automobilística e de autopeças; transporte aéreo e óleo&gás.

Com isto será difícil o setor de serviços como o nosso vir a aderir ao programa. Vai preferir demitir uma vez que o horizonte da crise nos leva a 2016 ou 2017. Serviços nunca foi alvo de ajuda governamental, como a indústria automobilística e outras.

Para as empresas que dependem exclusivamente do mercado interno como o de serviços, ou seja, nosso



serviço não é "exportável", os prazos do PPE seriam pequenos e as condições exigidas muito rígidas por tempo demais.

Para o setor de serviços, a menos de situações excepcionais não interessaria a adesão, dentro das regras estabelecidas, principalmente a restrição de qualquer demissão, sem justa causa, no período.

As condições seriam mais palatáveis para empresas que tem nas exportações a perspectiva de retomada das suas atividades e da rentabilidade. Contudo cada caso será objeto de atenção e acordo com o sindicato da categoria. No entanto no geral podemos considerar:

O posicionamento dos trabalhadores

- Para os trabalhadores individualmente poderá ser mais vantajoso manter o emprego, mesmo com redução salarial do que ser demitido.
- No caso dos industriários é provável que aproveitem a jornada menor para o ócio, para a família e os mais jovens para o estudo.
- Parte desses e a maioria dos demais tenderão a buscar no trabalho por conta própria, informal, o aproveitamento do tempo decorrente da redução da jornada de trabalho.

O impacto sobre os sindicatos

- Com o PPE os sindicatos podem manter o trabalhador filiado, a sua base.
- Com as demissões poderão perder a filiação.
- Mas do ponto de vista da sua pauta de reivindicações, as condições do PPE enfraquecem a campanha da redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários.
- Com o PPE os sindicatos estariam abrindo mão de um dos seus princípios fundamentais.

 Por outro lado, não há segurança de que o empregador desista do PPE, e promova as demissões, que estariam contidas.

Resistência sindical

- Prevê o programa que a sua efetivação dependerá de acordo coletivo com o sindicato da categoria preponderante. Significa que a limpeza na indústria automobilística, por exemplo, seria representada pelo sindicato dos metalúrgicos.
- Com exceção dos metalúrgicos e da indústria automobilística, poderá haver fortes resistências por parte dos sindicatos, em firmar o respectivo acordo coletivo.
- Os sindicatos dos setores pouco ou nada beneficiados com o PPE, deverão se posicionar contra o uso dos recursos do FAT para atender apenas a alguns poucos setores e categorias.
- Mas com as adesões já feitas ao programa, o risco de exaustão dos recursos do FAT exige dos trabalhadores repensar o programa.
- O Governo quer queimar uma parcela importante dos recursos do FAT para atender a uma pequena parcela de trabalhadores que lhe dão suporte político, sem a adequada universalização dos benefícios.

Garantia de emprego faz parte da luta sindical.

A ideia de um programa não é ruim. Porém é importante que todos e todas conheçam a lei e levem a discussão para a categoria e no sindicato. Afinal se temos uma lei fica mais fácil sua adaptação para um setor como o nosso tão carente de apoio e com um contingente de trabalhadores que dependem de sua renda para ter o mínimo.

Para ter acesso a Medida Provisória n.º 680-A de 2015 acesse: publicações em www.fenascon.com.br



TERCEIRIZAÇÃO NO PODER PÚBLICO MUNICIPAL É OPORTUNIDADE PARA FENASCON

Um fenômeno bastante interessante vem acontecendo nos pequenos e médios municípios brasileiros: as prefeituras têm trocado os seus quadros próprios de funcionários por profissionais terceirizados. A migração para a prestação de serviços, na opinião do presidente do Sindlimp de Caxias do Sul (RS), Henrique Silva, deve ser acompanhada com atenção extrema.

"Temos de ficar atentos e manter um olhar diferenciado, pois a terceirização tem sido uma saída para a reestruturação financeira nos pequenos e médios municípios brasileiros. O remanejamento dos quadros nos diferentes segmentos tem acontecido de forma gradual, mas importante", afirmou. Tudo indica que esse será um processo irreversível.

Também vereador (PCdB), ele acredita que a migração da prestação de serviços do poder público para o privado, entretanto, trará pontos positivos e desafios para a representação sindical. "Temos de absorver esses contratos, inclusive agregando novos segmentos e setores".

Observar, mensurar e agir

Cabe à Fenascon fazer uma reflexão atenta do crescimento da terceirização e, ao mesmo tempo, agir. É preciso orientar os profissionais que já contam com uma base representativa, através de sindicatos próprios, ou assumindo esse papel para àqueles que não dispõem de proteção. "Esses trabalhadores precisam ser cuidados, pois não podem ficar descobertos. É importante construir representações", acredita.

Exemplificando, ele cita um município gaúcho que terceirizou cerca de 80% do seu quadro de funcionários, entre setores administrativos à atenção de saúde e educacional. "A Fenascon precisa se apropriar dessa realidade, ampliando a sua abrangência e representatividade, seja direta ou indiretamente. Tanto nos setores de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana quanto de Serviços", finalizou.



LIDERANÇAS DOS SIEMACOS PARTICIPAM DE PROGRAMA DE ESTRATÉGIAS DE TRABALHO









A FENASCON promoveu o treinamento "Programa de Estratégias de Trabalho - PET" com o apoio e envolvimento do SIEMACO São Paulo, SIEMACO ABC, SIEMACO Campinas, SIEMACO Curitiba e SIEMACO Piracicaba e Região.

Joe Simões, da SEIU (Sindicato dos trabalhadores em serviços dos Estados Unidos e Canadá) e Benjamim Parton, da Uni Global Union foram os instrutores do treinamento, que foi realizado entre os dias 28 e 29 de outubro, em Itú, São Paulo, e teve o objetivo de otimizar as capacitações dos sindicalistas e lideranças sindicais em política sindical; comunicação, liderança e planejamento.

Diferentemente dos treinamentos convencionais, o PET terá uma continuidade, monitorada pelos instrutores do SEIU e da UNI Américas, ao longo de seis meses.

Os programas estratégicos que serão discutidos durante o treinamento serão colocados em prática com seus resultados monitorados.

Os programas estratégicos que serão discutidos durante o treinamento serão colocados em prática com seus resultados monitorados.



Joe Simões (SEIU)



Benjamim Parton (UNI Global Union)

Noticias dos Filiados

São Paulo

SIEMACO-SP publica cartilha sobre Segurança no Trabalho em Asseio e Conservação



Com o título "Segurança e Saúde do Trabalhador – Toda Atenção é Pouca", foi lançada a primeira cartilha da série de três, que incluirá também a Limpeza Urbana e as Áreas Verdes. Voltada aos profissionais do Asseio e Conservação, a cartilha tem 28 páginas de conteúdo direto e acessível, preparado especialmente para o trabalhador do Asseio e Conservação.

Acreditando que 100% dos acidentes são previsíveis, o diretor do SIEMACO-SP, João Capana, enfatiza ser vital antecipar a avaliação dos riscos. "É preciso se apropriar das informações, multiplicá-las, além de adaptar o ambiente de trabalho às condições psicofisiológicas do trabalhador para garantir", adverte.

SIEMACO-SP apresenta Secretaria da Juventude

Sob o testemunho dos trabalhadores, diretoria e equipe sindical foi lançada, no dia três de dezembro, a Secretaria da Juventude do SIEMACO. A diretora Daniela Sousa finalizou o debate sobre Trabalho Decente com recorte em Juventude para lançar a nova pasta.

Direcionada aos trabalhadores mais jovens, o desafio, explicou Daniela, será conhecer cada um deles, suas necessidades e apoiálos no desenvolvimento pessoal e profissional. Durante o debate, o desembargador Luis Carlos Malheiros e a consultora da UGT, Hellen Silvestre Fernandes defenderam a participação ativa da juventude e dos trabalhadores - na construção de uma sociedade mais justa.



ABC

Redução de demissões



O SIEMACO-ABC interrompeu a demissão de 112 companheiros da Verzani & Sandrini, locados na GM. Para os trabalhadores que foram demitidos, o sindicato conseguiu 60 dias de plano de saúde, 90 dias de cesta básica e um bônus de aproximadamente R\$ 3.000,00, incluindo a última parcela de PRL.

Acordo interrompe grave de funcionários da Brasanitas

Os trabalhadores estavam prontos para iniciar a greve por falta de pagamento de insalubridade, horas extras e auxílio creche. Todavia, a ação foi cancelada graças às negociações entre a diretoria do SIEMACO-ABC e a Brasanitas.

Os companheiros perceberam a importância da mobilização em torno do sindicato confirmando o lema: sindicalizados somos mais fortes!

Rio Grande do Sul

No aniversário de 25 anos o sindicato cria a primavera lilás



Em outubro, as mulheres da categoria do Sindilimp foram convidadas a participar da Primavera Lilás, visitando a sede do sindicato. Todas foram recebidas com muito carinho e conheceram o Sindilimp Saúde.

O Sindilimp Saúde oferece consultas médicas nas especialidades Clínica Geral, Pediatria e Ginecologia, além de convênios com serviços e profissionais, campanhas de prevenção e acompanhamento das doenças do trabalho.

Completando 25 anos de sua fundação, o sindicato criou a Primaveira Lilás, um momento do ano especialmente dedicado para a celebração de ser mulher e a conscientização da luta para mudar essa realidade.



Minas Gerais

"Atletas" da Limpeza Urbana de todo Brasil participam da 1ª Corrida de Garis



No dia 20 de dezembro, em Belo Horizonte, acontecerá a 1ª Corrida de Garis do Brasil, realizada pelo Sindeac-MG, com organização da Federação Mineira de Atletismo. A prova de 10 km acontecerá na lagoa da Pampulha, com largada e chegada no marco zero às 9h00.

Boa sorte, companheiros!!

Informative Property Asia



DISCRIMINAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DO TRABALHADOR POR INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLÊNCIA (SPC, SERASA ETC)

Francisco Larocca – Advogado da FENASCON

A exigência de idoneidade em cadastro de crédito para fins de contratação de trabalhadores é conduta que

se caracteriza como discriminatória, sobretudo em razão de o fator eleito para a distinção ou preferência para contratação não guardar correlação lógica com os fins pretendidos, que outro não é que proteger o patrimônio do empregador, e mais por se tratar de uma prática violadora de diversos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Nessa esteira, o poder diretivo do empregador não é ilimitado, sendo modulado pelos direitos fundamentais dos trabalhadores, que são interesses contrapostos que incidem nas relações entre os particulares.

A prática caracteriza medida discriminatória, visto que o fator de distinção utilizado não possui qualquer correlação lógica para a garantia, com eficácia, do resguardo do patrimônio do empregador, caracterizando uma distinção infundada entre os trabalhadores no momento da admissão.

Nesse sentido, a exigência de idoneidade cadastral para fins de contratação se situa em um conflito de direitos fundamentais que opõe os direitos dos trabalhadores e dos empregadores, tais como princípios da dignidade humana (1°, III, da CF/88), da não discriminação (3°, IV, da CF/88), da função social da propriedade (artigos 5°, XXIII e 170, III, da CF/88), os direitos fundamentais ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (artigo 5°, XIII, da CF/88), da presunção de inocência (artigo 5°, inciso LVII), ao trabalho (artigo 6° da CF/88), dentre outros, atraindo a utilização da técnica da ponderação de interesses para solução de colisões

entre normas-princípios, as quais se caracterizam como mandamentos de otimização.

A conduta não é idônea para os fins pretendidos, pois não constitui garantia alguma que trabalhadores que possuem restrições creditícias são menos honestos do que os que possuem idoneidade cadastral, não havendo qualquer vínculo lógico entre as presunções de que pessoas mais abastadas são honestas e que pessoas hipossuficientes economicamente teriam uma maior propensão à delinquência, colocando o patrimônio do empregador em risco. Em verdade, tal presunção é dotada de elevada carga de preconceito, cristalizando repugnante estereótipo.

Do mesmo modo, mesmo que se considerada idônea a medida, esta não ultrapassaria o subprincípio da necessidade, pois notória a existência de diversas medidas correlatas, mais efetivas, bem como menos invasivas aos direitos dos trabalhadores, tais como instalação de equipamentos eletrônicos, desde que usados moderadamente, para controle do que ocorre no local de trabalho.

Por fim, a exigência caracteriza mais desvantagens aos trabalhadores e à sociedade, fomentando um ciclo de pobreza consubstanciado na acentuação da relação entre dívidas, restrição ao trabalho e incremento do desemprego, do que vantagens a serem propiciadas aos empregadores, os quais possuem meios mais efetivos para resguardar sua propriedade.

Portanto, implacável destacar que a medida não deve ser admitida, indo de encontro aos objetivos fundamentais da República, máxime os de "construir uma sociedade livre, justa e solidária", "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais", assim como de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", o que desmerece a cláusula constitucional de solidariedade.